SCIENTIA INTERNATIONAL PRESS EDITORA CLAEC

SCIENTIA GLOBAL EDITIONS: CLAEC e-BOOKS CAPÍTULO DE LIVRO

PUBLICAÇÃO ANTECIPADA

Mascocracy em detrimento da democracia

Helen Zille, a DA e a política do colonialismo cosmético na África do Sul pós-apartheid

Mascocracy over Democracy: Helen Zille, the DA and the Politics of Cosmetic Colonialism in Post-Apartheid South Africa

Malesela Masenya[1]

[1] University of Limpopo, Polokwane, África do Sul · ROR: https://ror.org/017p87168 · ORCID: https://orcid.org/0009-0001-8945-2163 · autoria correspondente: malesela.masenya@ul.ac.za

ESTE CAPÍTULO		OBRA EM PREPARAÇÃO	
DOI	https://doi.org/10.56365/b30ppb27	Título	Marxism: Politics, Society and Culture
Recebido em	17/05/2026	Organização	Michel Goulart da Silva
Aceito em	23/05/2026	ISBN	-
Publicado online	02/09/2026	DOI da obra	https://doi.org/10.56365/qhsa7637
Versão	v1	Previsão	2026
Idiomas	English - Portuguese	Avaliação	-
Licença	CC BY 4.0	Pareceristas	Michel Goulart da Silva

COMO CITAR

AGORA	Masenya, M. (2026). Mascocracy em detrimento da democracia: Helen Zille, a DA e a política do colonialismo cosmético na África do Sul pós-apartheid. In M. G. da Silva (Org.), Marxism: Politics, Society and Culture - publicação antecipada. Scientia International Press; Editora CLAEC. https://doi.org/10.56365/b30ppb27
DEPOIS	*A referência recebe o título definitivo da obra, o ISBN e o intervalo de páginas quando o livro completo for publicado. O DOI e a data de publicação antecipada não mudam.*

Resumo

Este capítulo interroga a política racial da Democratic Alliance (DA) sob a liderança de Helen Zille, argumentando que o partido institucionalizou uma forma de descolonização cosmética: uma performance simbólica de transformação que preserva a substância da dominação liberal branca. Ao elevar figuras negras selecionadas a posições visíveis de liderança, a DA produz uma imagem de inclusão que encobre a permanência de hierarquias raciais estruturais em suas bases ideológicas e organizacionais. O emprego estratégico da representação negra funciona como uma fachada legitimadora, permitindo ao partido apresentar-se como racialmente progressista enquanto mantém o controle dentro de uma estrutura liberal centrada na branquitude. O capítulo conceitua esse fenômeno como mascocracy over democracy, uma mascarada política que privilegia a representação estética em detrimento da igualdade substantiva. Nesse contexto, a diversidade racial torna-se instrumento de marca política, e não mecanismo de redistribuição ou empoderamento. O projeto de colonialismo cosmético da DA reproduz, assim, a ordem simbólica do apartheid na linguagem da democracia liberal, associando a branquitude à racionalidade, à disciplina e à civilidade, enquanto transforma a negritude em inclusão performativa. Com base na teoria pós-colonial, especialmente nas obras de Frantz Fanon, Homi Bhabha e Achille Mbembe, o capítulo conclui que a política de não racialismo da DA não constitui um antídoto à dominação racial, mas uma continuação sofisticada dela, que reconfigura hierarquias coloniais por meio da

retórica da igualdade. O resultado é uma democracia esvaziada, na qual as máscaras da diversidade ocultam a consolidação do poder liberal branco. Ao expor essa mascarada, o capítulo contribui para uma crítica mais ampla da ordem liberal sul-africana pós-apartheid e de seu fracasso em alcançar uma transformação decolonial efetiva.

Palavras-chave: Mascocracy, colonialismo cosmético, Democratic Alliance, Helen Zille, África do Sul pós-apartheid, não racialismo

Abstract

This chapter interrogates the racial politics of the Democratic Alliance (DA) under Helen Zille's leadership, arguing that the party has institutionalized a form of cosmetic decolonization which is a symbolic performance of transformation that preserves the substance of white liberal dominance. By elevating select Black figures to visible positions of leadership, the DA manufactures an image of inclusivity that conceals the persistence of structural racial hierarchies within its ideological and organizational foundations. This strategic deployment of Black representation functions as a legitimising façade enabling the party to present itself as racially progressive while retaining control within a white-centric liberal framework. The chapter conceptualizes this phenomenon as mascocracy over democracy a political masquerade that prioritizes aesthetic representation over substantive equality. In this context, racial diversity becomes an instrument of political branding rather than a mechanism of redistribution or empowerment. The DA's project of cosmetic colonialism thus reproduces the symbolic order of apartheid in the idiom of liberal democracy, translating whiteness into rationality, discipline and civility, while commodifying Blackness as performative inclusion. Drawing on postcolonial theory, particularly the works of Frantz Fanon, Homi Bhabha and Achille Mbembe, the chapter concludes that the DA's politics of non-racialism is not an antidote to racial domination but a sophisticated continuation of it rebranding colonial hierarchies through the rhetoric of equality. The result is a hollow democracy, where masks of diversity obscure the entrenchment of white liberal power. In exposing this masquerade, the chapter contributes to a broader critique of South Africa's post-apartheid liberal order and its failure to achieve genuine decolonial transformation.

Keywords: Mascocracy, Cosmetic Colonialism, Democratic Alliance, Helen Zille, Postcolonial South Africa, Non-Racialism

Introdução

A Democratic Alliance (DA), principal partido de oposição da África do Sul, há muito se apresenta como a alternativa moral e administrativa ao African National Congress (ANC). Sob a liderança de Helen Zille, contudo, o discurso de não racialismo da DA passou a funcionar cada vez mais como camuflagem para uma dominação liberal branca arraigada, em vez de constituir um veículo de transformação democrática efetiva (Pithouse, 2020). O período de Zille à frente do partido foi marcado por um esforço deliberado de reposicioná-lo como racialmente inclusivo, embora essa inclusão tenha sido, em grande medida, estética, apresentando uma performance simbólica de transformação sem mudança estrutural. A estratégia política da DA, centrada na elevação seletiva de figuras negras a posições visíveis de liderança, produziu o que pode ser descrito como descolonização cosmética: um processo no qual a representação racial é mobilizada para legitimar a continuidade do controle branco

sobre as alavancas ideológicas, organizacionais e econômicas do poder (Chipkin & Swilling, 2018; Southall, 2019).

Sob a liderança de Zille, a DA institucionalizou uma mascarada racial, ou aquilo que pode ser conceituado como mascocracy em detrimento da democracia, designando uma condição política em que a diversidade representacional substitui a igualdade substantiva e a gestão da imagem toma o lugar da reforma estrutural (Southall, 2019). O compromisso do partido com o não racialismo liberal, apresentado como o oposto moral da política de patronagem do ANC, encobre uma continuidade mais insidiosa: a sobrevivência de hierarquias coloniais reembaladas em linguagem democrática (Mbembe, 2017; Pithouse, 2020). Ao colocar em primeiro plano a aparência de inclusão racial, preservando simultaneamente a dominação epistêmica e organizacional branca, o projeto da DA reproduz o colonialismo cosmético como uma performance de transformação que mantém intacta a ordem racial e de classe subjacente.

A estratégia racial da DA exemplifica o que Frantz Fanon (2008) descreveu em Pele negra, máscaras brancas como o mecanismo psicológico da mimetização e da assimilação: a adoção, pelo sujeito colonizado, da língua, da cultura e das normas do colonizador para obter aceitação condicional (Habib, 2022). Na DA de Zille, a representação negra funcionou como fachada legitimadora, com determinadas figuras incorporando o ideal liberal do africano racional e moderno, fluente no idioma da respeitabilidade branca (Gibson, 2019). Essa política assimilacionista foi reforçada pela valorização da conformidade linguística, na qual o sotaque correto passa a funcionar como índice de inteligência, civilidade e credibilidade. Tais dinâmicas remetem à noção de mimetismo colonial de Homi Bhabha (1994), de “quase o mesmo, mas não exatamente”, em que a imitação simultaneamente afirma e desestabiliza o poder colonial. No caso da DA, o mimetismo torna-se institucionalizado: a inclusão de rostos negros não serve para desestabilizar a branquitude, mas para reafirmar sua autoridade cultural e moral.

A liderança de Zille simboliza a continuidade de epistemologias coloniais na democracia sul-africana pós-apartheid. Sua insistência no individualismo liberal, na meritocracia e em uma governança cega à cor reflete a permanência do que Achille Mbembe (2017) denomina vida posterior da razão colonial: uma racionalidade que nega a violência histórica da desigualdade racial ao mesmo tempo que exige dos sujeitos negros a performance de uma universalidade definida em termos brancos. A defesa pública de Zille dos legados coloniais, incluindo sua controversa afirmação de 2017 de que o colonialismo “não foi totalmente ruim”, evidencia como o discurso liberal da DA funciona como defesa moralizada da branquitude (Mail & Guardian, 2017). As dinâmicas internas de poder do partido, dominadas por elites brancas apesar da diversidade visível, ilustram ainda como a

representação sem redistribuição se transforma em instrumento de relegitimação do privilégio histórico sob cobertura democrática.

O projeto racial da DA deve, portanto, ser lido não apenas como estratégia política, mas como uma forma de governança estética: uma reconstituição da ordem colonial por meio da gramática da democracia. Com base na crítica de Achille Mbembe (2001) ao Estado pós-colonial e na análise da representação de bell hooks (1992), este capítulo sustenta que a DA de Zille performa a democracia como espetáculo. A diversidade é convertida em marca política, e a inclusão passa a ser medida pela aparência, não pela agência. Esse processo transforma a democracia em palco de uma transformação performativa, no qual a negritude é exibida para afirmar a moralidade liberal, enquanto a branquitude continua a exercer autoridade e a definir os parâmetros da razão. O resultado é uma democracia esvaziada, que privilegia a ótica em detrimento da justiça, a civilidade em detrimento da igualdade e a representação em detrimento da redistribuição (Bhorat et al., 2021; Habib, 2022).

Ao situar a política da DA no discurso pós-colonial mais amplo, este capítulo contribui para os debates sobre os limites da ordem liberal sul-africana. A democracia do país após 1994 continua marcada por desigualdades raciais profundas, mas suas linguagens políticas dominantes, não racialismo, constitucionalismo e universalismo liberal, frequentemente operam como instrumentos de gestão, em vez de desmantelamento, dessas desigualdades (Mangcu, 2016; Gibson, 2019). Nesse contexto, a retórica de transformação da DA oferece uma ilusão de progresso: uma máscara negra cobrindo uma agenda branca. As crises internas do partido, especialmente as renúncias de Mmusi Maimane e Lindiwe Mazibuko, expõem a fragilidade desse arranjo e a incapacidade da inclusão cosmética de sustentar uma igualdade efetiva.

O objetivo central deste capítulo é, portanto, expor e teorizar a mascarada racial da DA como sintoma de uma condição pós-apartheid mais ampla, marcada pela persistência de hierarquias coloniais sob a bandeira da democracia (Habib, 2022). Por meio de uma análise qualitativa e interpretativa fundamentada na teoria pós-colonial, o capítulo examina como linguagem, representação e performance da liderança se tornam instrumentos de reprodução da hegemonia liberal branca. Nesse movimento, propõe o conceito de mascocracy como lente analítica para compreender a política da imagem, do mimetismo e da dominação na democracia sul-africana em transformação.

Revisão de literatura e referencial teórico

A literatura sobre a democracia pós-apartheid na África do Sul revela uma tensão persistente entre libertação política e dependência epistêmica. Embora 1994 tenha marcado

o desmantelamento formal do apartheid, diversos estudiosos sustentam que a transição política apenas reconfigurou hierarquias coloniais em uma estrutura liberal-democrática que continua privilegiando a branquitude como locus de racionalidade, civilidade e modernidade (Mbembe, 2001; Mangcu, 2016; Gibson, 2019). A DA, oriunda da tradição liberal branca do Progressive Party, corporifica essa continuidade ao reproduzir os ideais de individualismo, meritocracia e não racialismo como verdades morais universais. Entretanto, como observa Achille Mbembe (2017) em Critique of Black Reason, o próprio discurso do universalismo em sociedades pós-coloniais frequentemente serve para ocultar a dominação racial sob a aparência da razão. Nesse enquadramento, o projeto de não racialismo da DA aparece menos como um ideal progressista do que como um mecanismo de higienização das hierarquias raciais inscritas nas estruturas econômicas e políticas sul-africanas.

Críticas pós-coloniais à democracia liberal

Teóricos pós-coloniais há muito sustentam que a democracia liberal, quando transplantada para contextos pós-coloniais, frequentemente preserva, em vez de subverter, as relações coloniais de poder. Mahmood Mamdani (1996) e Mbembe (2001) argumentam que as instituições da governança liberal não foram concebidas para desmontar a ordem racializada, mas para administrá-la por meio do direito e da burocracia. No contexto sul-africano, isso se traduziu no que Gumede (2017) denomina democracia sem descolonização, na qual a inclusão política é alcançada sem redistribuição correspondente de poder, terra ou conhecimento. A invocação, pela DA, de uma governança cega à cor exemplifica essa lógica: ao insistir na igualdade sem reconhecer a desigualdade histórica, a estrutura liberal do partido despolitiza a raça e converte a injustiça estrutural em responsabilidade individual (Southall, 2019; Habib, 2022). Isso se aproxima do que Mbembe (2017) chama de política do pós-racial, em que a retórica do não racialismo funciona como álibi moral da branquitude, negando a raça ao mesmo tempo que se beneficia de suas hierarquias persistentes.

Fanon: a psicologia do mimetismo e da máscara

A obra de Frantz Fanon oferece uma lente fundamental para compreender como a dominação racial persiste por meio da internalização de hierarquias coloniais. Em Pele negra, máscaras brancas (1952/2008), Fanon descreve como o sujeito colonizado adota a língua, os gestos e os códigos culturais do colonizador para alcançar reconhecimento e legitimidade. Esse processo de mimetismo, embora possa oferecer mobilidade social, também reproduz a subjugação psicológica do sujeito negro, compelido a vestir “uma máscara branca” para ser reconhecido como humano. Na DA, esse fenômeno é visível na política de respeitabilidade exigida de líderes e membros negros. Figuras como Mmusi Maimane e Lindiwe Mazibuko foram celebradas precisamente porque incorporavam a fluência linguística e cultural da

branquitude: articulados, anglicizados e “civilizados”. Contudo, como adverte Fanon, esse mimetismo não conduz à libertação, mas à alienação, pois o sujeito negro passa a ser sobredeterminado de fora (Fanon, 2008). Essa percepção teórica esclarece como a inclusão negra na DA opera como estratégia de contenção: figuras negras são elevadas não para transformar a branquitude, mas para humanizá-la e torná-la politicamente palatável em uma ordem democrática.

Bhabha: mimetismo, ambivalência e ensaio colonial

O conceito de mimetismo de Homi Bhabha (1994) amplia a análise psicológica de Fanon ao situá-la nas dinâmicas de poder e representação. Para Bhabha, o mimetismo colonial é o processo pelo qual o sujeito colonizado se torna “quase o mesmo, mas não exatamente”, um ensaio da diferença colonial sob a ilusão da semelhança. O mimetismo simultaneamente ameaça e reforça a autoridade colonial: desestabiliza a pureza do poder colonial enquanto reproduz sua lógica simbólica. Aplicada à DA, a ótica racial do partido produz ambivalência semelhante. Ao exibir líderes negros em posições de destaque, a DA projeta a imagem de progresso racial; essas figuras, contudo, operam dentro de parâmetros definidos pelo liberalismo branco. Sua agência política limita-se a performar inclusão sem alterar a base ideológica do partido. É por isso que a chamada diversidade da DA tende a se desfazer quando líderes negros afirmam autonomia, como se observou nas saídas de Maimane e Mazibuko. Suas partidas expuseram os limites da negritude aceitável dentro da ordem liberal da DA e revelaram que o mimetismo funciona como forma de dissenso controlado, um ensaio de transformação que nunca se materializa em mudança substantiva.

Mbembe e a lógica da branquitude pós-colonial

As reflexões de Achille Mbembe sobre o poder pós-colonial iluminam ainda mais a performance racial da DA. Em On the Postcolony (2001), Mbembe descreve os Estados pós-coloniais como espaços de comando nos quais o poder colonial persiste por sua capacidade de ditar visibilidade, discurso e legitimidade. Em Critique of Black Reason (2017), amplia esse argumento para mostrar como a branquitude sobrevive como gramática invisível da modernidade, moldando aquilo que conta como racional, respeitável e democrático. A ideologia liberal da DA está enraizada nessa gramática: reafirma a branquitude como padrão da razão política, relegando a identidade negra a um papel performativo. A afirmação de Zille de que o colonialismo trouxe benefícios à África (Mail & Guardian, 2017) sintetiza essa arrogância epistêmica, revelando como a visão de mundo da DA permanece presa à superioridade moral da razão colonial. O conceito de vida posterior do colonialismo em Mbembe ajuda a explicar como tais discursos são normalizados em uma democracia que se

orgulha de seu não racialismo, mas continua a privilegiar a branquitude como medida de progresso.

Colonialismo cosmético e mascocracy: síntese teórica

O estudo introduz duas lentes conceituais, colonialismo cosmético e mascocracy, para teorizar a política racial da DA. Colonialismo cosmético refere-se à reconfiguração estética das hierarquias coloniais, na qual a inclusão visível mascara a persistência da dominação estrutural (Habib, 2022). O conceito captura o modo como a representação racial é usada como recurso decorativo para legitimar a autoridade liberal branca, sem alterar a ordem socioeconômica ou epistêmica. Mascocracy, por sua vez, designa um regime político de máscaras: uma forma de governança em que imagem e performance se sobrepõem à substância. Na mascocracy, a democracia torna-se um teatro de aparências, um espaço em que a linguagem da igualdade oculta a assimetria do poder. Esses referenciais permitem interrogar criticamente como o liberalismo pós-apartheid, especialmente na forma assumida pela DA, converte a demanda por transformação em política da visibilidade, perpetuando as mesmas hierarquias que afirma transcender.

A literatura teórica ressalta que o projeto liberal da DA sob Helen Zille não pode ser compreendido apenas como questão de política partidária ou estratégia eleitoral. Ele integra uma condição pós-colonial mais ampla, na qual os legados da epistemologia colonial, da hierarquia racial e da moral liberal se intersectam. Pelas lentes de Fanon, Bhabha e Mbembe, a DA emerge não como ruptura com a lógica racial do apartheid, mas como sua mutação estética: uma continuação da modernidade colonial na linguagem da democracia.

Contexto histórico e político: o projeto liberal da DA sob Helen Zille

A DA surgiu dos remanescentes da tradição liberal branca sul-africana, traçando sua genealogia até o Progressive Party (PP) da década de 1950, que se opunha ao apartheid, mas buscava reformas dentro de sua lógica estrutural (Southall, 2019). O PP e seus sucessores, o Progressive Federal Party (PFP) e o Democratic Party (DP), articularam uma modalidade de liberalismo moral que defendia direitos individuais e constitucionalismo, evitando, contudo, um confronto estrutural com o capital racializado. Quando esses fragmentos históricos convergiram na Democratic Alliance, em 2000, o partido herdou esse legado de oposição cautelosa: liberal na retórica, porém profundamente enraizado na preservação de interesses brancos (Habib, 2022). A ascensão de Helen Zille à liderança, em 2007, marcou simultaneamente um reposicionamento estratégico e a continuidade dessa tradição. Sua tarefa consistia em modernizar a imagem do partido em uma era democrática

que exigia diversidade representacional sem alterar fundamentalmente suas bases ideológicas.

O período de Zille à frente do partido simbolizou uma tentativa de reposicionar a DA, de partido das elites suburbanas brancas para uma alternativa multirracial e tecnocrática ao ANC. Sua estratégia de liderança apoiava-se em um discurso duplo: externamente, abraçava inclusão e transformação; internamente, reafirmava a primazia do racionalismo liberal, da meritocracia e da ortodoxia de mercado (Chipkin & Swilling, 2018). Sob sua orientação, a DA tornou-se um laboratório de ótica racial, exibindo lideranças negras cuidadosamente selecionadas como evidência de transformação. Esses gestos de inclusão, contudo, operavam principalmente no plano da aparência. Como Fanon (2008) poderia sugerir, a DA de Zille perseguiu uma política de "máscaras brancas sobre rostos negros", uma performance simbólica de progresso racial que manteve intacta a branquitude epistêmica e organizacional do partido. O projeto político resultante exemplifica o que este capítulo denomina descolonização cosmética: a adaptação estética de estruturas coloniais às expectativas democráticas sem seu desmantelamento material.

As bases ideológicas da DA estão ancoradas em uma vertente específica do liberalismo sul-africano que se apresenta como racialmente neutra e universal, mas que se desenvolveu historicamente como justificativa moral da tutela branca (Mangcu, 2016; Pithouse, 2020). Esse liberalismo surgiu durante o apartheid como alternativa "civilizada" ao nacionalismo africâner, posicionando liberais brancos de língua inglesa como guardiões da governança racional e da moralidade constitucional. Após 1994, essa autoimagem persistiu como crítica moralizada da governança negra, permitindo à DA apresentar-se como guardiã da integridade, eficiência e modernidade em contraste com o populismo do ANC. Esse moralismo, porém, também reproduz o paternalismo colonial, ao insinuar que a agência política negra necessita de tutela branca para alcançar legitimidade. O discurso público de Zille, frequentemente formulado na linguagem da racionalidade tecnocrática, revela a persistência dessa hierarquia. Sua insistência reiterada de que a boa governança não tem cor mascara a suposição implícita de que a branquitude continua sendo o modelo de boa governança, enquanto a negritude significaria ineficiência, corrupção ou incompetência (Zille, 2019).

A controversa publicação de Zille em 2017, afirmando que o colonialismo "não foi totalmente ruim", expôs a continuidade epistêmica entre o liberalismo branco e a razão colonial (Mail & Guardian, 2017). Sua defesa da infraestrutura colonial como legado de progresso ilustra o que Mbembe (2017) denomina vida posterior da racionalidade colonial, isto é, a valorização continuada de modos ocidentais de governança, civilidade e ordem como referências universais de progresso. Essa lógica se traduz no ethos político mais amplo da

DA, no qual a transformação é enquadrada como responsabilidade individual, e não como processo sistêmico. A desigualdade estrutural, nessa perspectiva, é despolitizada e reduzida a questões de disciplina, mérito e trabalho árduo. Como observa Southall (2019), o liberalismo da DA funciona como uma forma de capitalismo moral, insistindo que o mercado e a meritocracia, e não a redistribuição, resolverão os desequilíbrios raciais do apartheid. Na prática, esse sistema de crenças reinscreve a desigualdade racial ao negar as raízes políticas e históricas da expropriação.

Para legitimar essa visão de mundo em um contexto democrático que exige representação racial, a DA de Zille recrutou estrategicamente líderes negros como intermediários simbólicos. A elevação de Mmusi Maimane, Lindiwe Mazibuko e outros foi central para o reposicionamento da DA como partido de todos os sul-africanos. Sua visibilidade, contudo, mascarava uma assimetria de poder mais profunda. A autoridade decisória, o controle financeiro e a direção ideológica permaneceram concentrados em mãos brancas, especialmente entre membros de longa trajetória no establishment liberal branco (Chipkin & Swilling, 2018). Segundo ex-integrantes, a cultura interna da DA era marcada por um policiamento racial sutil: a expectativa de que líderes negros se conformassem às normas comportamentais e linguísticas da respeitabilidade liberal branca (Maimane, 2020). A noção de mimetismo de Bhabha (1994) captura adequadamente essa dinâmica: esses líderes eram “quase os mesmos, mas não exatamente”, celebrados desde que sua negritude pudesse ser performada de modo a afirmar, e não desafiar, a branquitude.

A queda de Maimane e Mazibuko oferece evidência empírica da incapacidade da DA de sustentar uma transformação racial efetiva. Ambos, inicialmente celebrados como símbolos da inclusão do partido, foram marginalizados quando passaram a afirmar perspectivas independentes sobre raça, desigualdade e transformação. Suas saídas, amplamente divulgadas em 2019 e 2014, respectivamente, marcaram o desmonte da mascarada racial da DA e expuseram os limites da inclusão cosmética (Habib, 2022; Pithouse, 2020). Como Maimane refletiu posteriormente, a diversidade era tolerada apenas enquanto não ameaçasse o poder (Maimane, 2020). Isso ilustra como a mascocracy, uma governança por máscaras representacionais, entra em colapso quando confrontada com demandas por igualdade substantiva. Nesse sentido, as crises internas da DA espelham as contradições mais amplas da democracia sul-africana: a tensão entre inclusão performativa e exclusão estrutural.

O estilo de liderança de Zille também institucionalizou a branquitude tecnocrática como modo dominante de governança dentro da DA. Sua ênfase na eficiência gerencial, no desempenho orientado por dados e na ordem burocrática encontrou ressonância entre eleitores de classe média desiludidos com a corrupção do ANC. Essa tecnocracia, entretanto,

frequentemente ocultava a exclusividade racial do projeto liberal, convertendo privilégio histórico em legitimidade política. Como observa Pithouse (2020), o apelo da DA à "governança racional" é inseparável de seu apelo à branquitude como corporificação da racionalidade. Esse viés epistêmico manifesta-se não apenas na representação da liderança, mas também na orientação das políticas, desde a oposição do partido a medidas reparatórias baseadas em raça até sua ênfase na responsabilidade individual em detrimento da justiça estrutural.

O projeto liberal da DA sob Zille exemplifica, assim, o que este capítulo conceitua como mascocracy em detrimento da democracia: uma ordem política em que a representação substitui a redistribuição e a performance toma o lugar da participação. Na mascocracy, a democracia transforma-se em teatro de ótica, um espaço em que o rosto negro funciona como credencial do poder branco, conferindo legitimidade sem alterar a estrutura de dominação (Pithouse, 2020). A estratégia racial de Zille, embora tenha ampliado momentaneamente o apelo da DA, revelou, ao final, a fragilidade desse arranjo. Quando as máscaras caíram, o núcleo branco do partido voltou a se afirmar, reentrincheirando as mesmas hierarquias raciais que dizia transcender.

A DA de Helen Zille representa a continuidade do liberalismo colonial sob aparência democrática. Sua política de inclusão é mais bem compreendida como ato de gestão estética, uma performance necessária para navegar a economia moral da democracia pós-apartheid enquanto preserva os privilégios ideológicos e institucionais da branquitude (Pithouse, 2020). A trajetória da DA sob Zille oferece, assim, um estudo de caso expressivo do colonialismo cosmético em prática: a reformulação da autoridade colonial por meio da linguagem da liberdade, igualdade e democracia. A seção seguinte amplia essa análise examinando os mecanismos pelos quais a DA operacionaliza essa mascarada racial, isto é, como representação, linguagem e inclusão performativa se tornam instrumentos de sustentação da hegemonia liberal branca em uma sociedade formalmente democrática.

A máscara negra sobre a agenda branca: representação como performance

A política de representação na DA sob a liderança de Helen Zille revela um padrão mais profundo de performance racial, no qual a inclusão funciona menos como transformação do que como teatro. A imagem pública da DA depende da visibilidade negra como espetáculo legitimador, um meio de sinalizar não racialismo enquanto mantém a adesão ideológica central do partido à dominação liberal branca. Esse fenômeno incorpora o que este trabalho denomina mascocracy, uma condição em que a máscara da democracia oculta a persistência da desigualdade estrutural. No caso da DA, a representação torna-se ferramenta performativa

por meio da qual a branquitude se reproduz sob a aparência da inclusão, processo que Fanon (2008) reconheceria como continuidade da máscara branca colonial: a pressão para conformar-se aos códigos culturais, linguísticos e epistêmicos do colonizador como condição de reconhecimento.

A abordagem de Zille à transformação exemplifica essa lógica da performance. A elevação deliberada de líderes negros selecionados, como Lindiwe Mazibuko, Mmusi Maimane e Makashule Gana, serviu simultaneamente como estratégia de marca política e defesa contra acusações de exclusividade racial. Essas nomeações foram celebradas como prova de uma "nova DA", supostamente comprometida com inclusão e igualdade. Como observam diversos analistas políticos (Southall, 2019; Mangcu, 2016; Habib, 2022), porém, esses gestos operavam principalmente no plano da ótica, não da substância. A presença de figuras negras não correspondeu à redistribuição da autoridade decisória ou do poder ideológico dentro do partido. Em vez disso, forneceu à DA um escudo de legitimidade moral, uma fachada negra que tornava a persistência do controle branco menos visível e, por isso, menos contestável.

O corpo negro torna-se um significante político, esvaziado de agência e reutilizado como emblema da virtude liberal. A retórica interna e pública da DA recorre frequentemente à linguagem da meritocracia, da cegueira à cor e da competência, termos que, embora aparentemente neutros, operam como códigos raciais que privilegiam a branquitude como padrão de excelência (Pithouse, 2020). A implicação é clara: a inclusão negra é aceitável desde que se conforme às expectativas comportamentais e ideológicas estabelecidas pela racionalidade liberal branca. A noção de mimetismo de Bhabha (1994) oferece uma lente crítica para compreender essa dinâmica. No sentido pós-colonial, o mimetismo envolve simultaneamente semelhança e diferença: o sujeito colonizado imita as formas de civilidade e razão do colonizador, mas jamais se torna plenamente idêntico a ele. A versão de diversidade da DA opera precisamente por essa lógica: seus representantes negros são celebrados como "quase os mesmos, mas não exatamente", reafirmando a branquitude por sua capacidade de performar seus ideais.

Essa inclusão performativa funciona como uma tecnologia política de controle. A ênfase estratégica de Zille no não racialismo e no universalismo não era apenas retórica, mas estrutural, codificada nas políticas, no discurso e na governança interna da DA. A rejeição, pelo partido, de medidas reparatórias baseadas em raça, como ações afirmativas e Black Economic Empowerment (BEE), é formulada na linguagem liberal da igualdade perante a lei. Contudo, como lembram Mbembe (2017) e Fanon (2004), apelos ao universalismo em sociedades pós-coloniais frequentemente ocultam a particularidade não marcada da branquitude, isto é, a suposição de que epistemes ocidentais representam a base neutra e

racional da civilização. Na DA, esse universalismo funciona como máscara da autoridade continuada da razão branca, deslegitimando a transformação estrutural ao enquadrá-la como favorecimento racial. O resultado é uma inversão da responsabilidade moral: a branquitude torna-se árbitra da justiça, e a negritude, objeto de escrutínio.

As tensões raciais internas da DA, que se tornaram cada vez mais visíveis entre 2015 e 2019, demonstram a fragilidade dessa mascarada. Quando Mmusi Maimane tentou afirmar uma agenda antirracista mais explícita, incluindo o reconhecimento do "privilégio branco" e a abordagem da desigualdade como questão estrutural, encontrou resistência entre membros brancos seniores, que consideravam esse discurso divisivo (Maimane, 2020). Sua posterior saída revelou os limites da negritude aceitável dentro da DA: a inclusão estava condicionada ao silêncio sobre a raça. Da mesma forma, a renúncia de Lindiwe Mazibuko, em 2014, ocorreu após divergências públicas com Zille sobre a incapacidade do partido de se envolver de modo substantivo com a justiça racial (Habib, 2022). Esses episódios expõem o que pode ser chamado de paradoxo da performance: espera-se que líderes negros incorporem a transcendência racial, ao mesmo tempo que lhes é negada autoridade para redefini-la.

As próprias intervenções discursivas de Zille reforçam ainda mais a hierarquia epistêmica racializada do partido. Sua defesa do colonialismo em 2017 e as justificativas subsequentes, formuladas como apelos ao debate racional e ao equilíbrio histórico, exemplificam o que Mbembe (2001) denomina razão colonial: o enquadramento persistente da dominação europeia como projeto de ordem e civilização. Ao invocar essa lógica, Zille reafirmou as próprias hierarquias civilizacionais que sustentam a identidade liberal da DA. Sua insistência em que os críticos eram "emocionais" ou "irracionais" reproduz o tropo colonial do sujeito branco razoável em oposição ao outro negro excessivo. Essa retórica não apenas enfraquece a reivindicação do partido ao não racialismo, como também evidencia a continuidade da branquitude como centro epistêmico do discurso liberal.

A comunicação pública da DA operacionaliza ainda essa política estética por meio do simbolismo visual, da linguagem e da marca. Campanhas partidárias frequentemente apresentam uma composição racial cuidadosamente equilibrada em cartazes e meios de comunicação, tática destinada a refletir harmonia racial e inclusão. Contudo, como adverte Mbembe (2017), sociedades pós-coloniais frequentemente confundem a aparência de pluralidade com o fato da igualdade. A imagética racial da DA desempenha função semelhante: substitui a diversidade representacional pela transformação estrutural. Nesse sentido, o engajamento do partido com a negritude é instrumental, e não emancipatório, uma estratégia performativa voltada à obtenção de legitimidade dentro da economia moral sul-africana da transformação.

Essa manipulação da ótica racial se alinha ao que Ndlovu-Gatsheni (2013) denomina colonialidade do poder: a permanência de hierarquias coloniais dentro de instituições pós-coloniais por mecanismos reconfigurados e mais sutis. O colonialismo cosmético da DA opera por consentimento, e não por coerção; por performance, e não por política. Persuade em vez de impor, permitindo às elites liberais brancas manter a dominação enquanto se apresentam como defensoras da democracia não racial. A marca de liderança de Zille, caracterizada pela fusão entre racionalidade gerencial e superioridade moral, constrói assim uma ilusão política: uma democracia de aparências que oculta uma oligarquia do poder.

Essa ilusão é sustentada pelo que Fanon (1961/2004) denomina “armadilhas da consciência nacional”: a tendência de elites pós-coloniais a replicar modos coloniais de governança enquanto reivindicam legitimidade revolucionária. No caso da DA, o mimetismo pós-colonial da modernidade liberal não é acidental, mas central à sua estratégia de sobrevivência. Ao adotar a linguagem do progresso, da eficiência e da universalidade, a DA se alinha ao arquivo colonial da modernidade, no qual a racionalidade ocidental continua a definir os contornos da legitimidade (Pithouse, 2020). Os representantes negros que incorporam esse arquivo são celebrados precisamente porque o autenticam. Sua inclusão é valiosa não pelo desafio que oferece ao poder, mas por sua capacidade de naturalizar a desigualdade por meio da diversidade.

Em última instância, o projeto racial da DA sob Zille demonstra como a representação pode operar como dominação quando desprovida de substância. A máscara negra sobre a agenda branca torna-se mecanismo de contenção, um modo de absorver o dissenso por meio da visibilidade. Nesse sentido, a mascocracy não é simplesmente uma traição da democracia, mas sua mutação. A forma liberal-democrática permanece intacta, porém seu conteúdo é esvaziado e substituído por uma política da aparência. Aquilo que se apresenta como transformação é, na realidade, uma reformulação de hierarquias coloniais na linguagem da inclusão. A política de não racialismo da DA deve, portanto, ser lida não como ideal neutro, mas como dispositivo ideológico que perpetua a branquitude como norma invisível.

Colonialismo cosmético e a política da ilusão: do não racialismo à mascocracy

A paisagem política pós-apartheid foi moldada por narrativas concorrentes de transformação, democracia e identidade. Nesse terreno disputado, a DA, especialmente sob a liderança de Helen Zille, desenvolveu um modelo político que pode ser descrito como colonialismo cosmético: uma forma de adaptação simbólica pela qual hierarquias coloniais são reembaladas em linguagem democrática (Pithouse, 2020). Embora afirme transcender a raça por meio do ideal do não racialismo, a DA reproduz as mesmas desigualdades

epistêmicas e materiais que caracterizaram as ordens colonial e do apartheid. Essa ilusão de transformação, a aparência de igualdade sem sua substância, constitui a base do que este trabalho denomina mascocracy, um sistema de governança que substitui participação por performance e redistribuição por representação.

No centro do colonialismo cosmético está a manipulação das aparências. Com base na análise de Fanon (2008) em Pele negra, máscaras brancas, a DA de Zille constrói um ambiente político no qual a negritude só recebe visibilidade mediante conformidade com a branquitude. A inclusão simbólica de líderes negros, longe de desmontar hierarquias raciais, reafirma a branquitude como padrão invisível. Essa dinâmica exemplifica o que Mbembe (2001) denomina estética do poder na pós-colônia: uma ordem política sustentada por espetáculo, repetição e ilusão. O projeto estético da DA, portanto, não é incidental, mas central à sua estratégia liberal. Por meio da linguagem do não racialismo, o partido se projeta como moderno, racional e cego à cor, ao mesmo tempo que apaga os fundamentos históricos e estruturais da desigualdade. O não racialismo torna-se uma arma discursiva, um meio de neutralizar o vocabulário da descolonização ao enquadrar a justiça racial como obsessão racial.

A base ideológica dessa ilusão repousa sobre uma memória seletiva do colonialismo. Os próprios escritos e declarações públicas de Zille revelam nostalgia pela modernidade colonial, que ela defende como fonte de infraestrutura e governança (Zille, 2019). Essa nostalgia, revestida da linguagem do pragmatismo, revive o que Mbembe (2017) denomina racionalidade colonial da ordem: a crença de que o progresso é inseparável da disciplina e do controle ocidentais. Ao enquadrar o colonialismo como encontro civilizacional, em vez de expropriação violenta, Zille reproduz uma narrativa higienizada da história que posiciona a branquitude como categoria universal da razão. Nessa configuração ideológica, a agência negra é tolerada apenas dentro dos limites da assimilação. Assim, o projeto político da DA espelha o que Ndlovu-Gatsheni (2013) identifica como colonialidade do ser: a subjugação psicológica e ontológica persistente da negritude mesmo após a descolonização formal.

O emprego do não racialismo pela DA como capital moral expõe ainda mais as contradições de seu projeto liberal. O não racialismo, originalmente concebido como ideal transformador na luta antiapartheid, foi reinterpretado dentro da DA como uma forma de cegueira à cor, uma negação das condições históricas e estruturais que tornam a raça politicamente relevante. Essa redefinição se aproxima do que Mangcu (2016) descreve como amnésia pós-racial: o movimento ideológico que equipara o fim do apartheid ao fim do racismo. Sob Zille, a insistência da DA de que “a raça não importa” funciona como inversão retórica: é precisamente por meio da negação da raça que o privilégio racial é preservado.

Essa estratégia transforma o liberalismo em mecanismo de silêncio racial, despolitizando a desigualdade e tornando invisível o poder branco.

A crítica de Fanon (1961/2004) em Os condenados da terra oferece um referencial decisivo para compreender esse fenômeno. Fanon adverte que a elite pós-colonial frequentemente herda as estruturas e símbolos do Estado colonial, performando nacionalismo ao mesmo tempo que perpetua dependência. A DA exemplifica esse paradoxo pela direção oposta: performa uma democracia não racial enquanto preserva a gramática política da ordem colonial. A diferença reside não na forma, mas na linguagem: aquilo que antes era justificado como civilização é agora justificado como competência; aquilo que antes era autoridade colonial é agora expertise liberal. A ênfase de Zille na boa governança, em políticas baseadas em evidências e no debate racional ecoa a retórica colonial da tutela moral, segundo a qual sujeitos negros eram considerados aptos à participação apenas depois de demonstrar capacidade de imitar a racionalidade ocidental (Pithouse, 2020). Assim, o ethos político da DA transforma a democracia liberal em aparato disciplinar, recompensando a conformidade com a branquitude e excluindo expressões dissidentes da subjetividade negra.

Essa lógica ultrapassa a representação da liderança e alcança as práticas epistêmicas e comunicativas mais amplas do partido. A mensagem pública da DA, de imagens de campanha ao discurso de políticas, apoia-se na estética da harmonia racial. Fotografias de multidões multirraciais, discursos que invocam “unidade para além da cor” e a cuidadosa evitação linguística do termo branquitude servem para construir uma democracia visual na qual todos os cidadãos parecem iguais. Entretanto, como lembram Mbembe (2017) e Bhabha (1994), a imagem pós-colonial é sempre instável: oculta contradição sob o verniz da unidade. A política de representação da DA opera, assim, como tecnologia da ilusão, na qual a visibilidade da negritude encobre a invisibilidade do poder branco. A ótica racial do partido não serve para refletir transformação, mas para desviar a crítica.

O resultado é uma democracia de aparências, um sistema político que valoriza a diversidade estética em detrimento da justiça estrutural. Essa é a essência da mascocracy: governança por máscaras, e não por mandatos; por performance, e não por participação. A mascocracy transforma a política em espetáculo de diversidade enquanto o poder permanece inalterado. Nesse sistema, a legitimidade da governança depende da presença de símbolos raciais que autenticam a branquitude por sua proximidade com ela (Pithouse, 2020). As crises da DA após Zille, especialmente as saídas de Maimane e Mazibuko, revelam a fragilidade desse modelo. Quando a performance falhou, a ilusão de inclusão desmoronou, expondo a branquitude da estrutura subjacente. A reação às tentativas de Maimane de abordar a desigualdade racial revelou que, no enquadramento liberal da DA, a agência negra é admissível apenas quando reproduz o conforto branco (Maimane, 2020).

Essa mascarada política tem implicações profundas para o projeto democrático sul-africano. A descolonização cosmética da DA espelha o fracasso mais amplo do liberalismo pós-apartheid em enfrentar os legados estruturais do capitalismo racial. Enquanto o African National Congress (ANC) é frequentemente criticado por corrupção e ineficiência, a DA representa o polo oposto, porém igualmente problemático: tecnocracia moral sem transformação. Ambos os fracassos convergem no mesmo resultado, a reprodução da desigualdade por idiomas distintos. A retórica da DA sobre governança limpa e pureza constitucional atrai um público desiludido com a corrupção estatal, mas simultaneamente recentraliza a branquitude como núcleo moral e administrativo da nação (Southall, 2019). Nesse sentido, o colonialismo cosmético não é apenas fenômeno partidário, mas uma patologia nacional, reflexo da tarefa inacabada da descolonização na democracia sul-africana.

A liderança de Zille, portanto, deve ser compreendida não como anomalia, mas como sintoma de uma continuidade histórica mais profunda. Sua política de respeitabilidade liberal, racionalidade e meritocracia traduz hierarquias coloniais em idiomas democráticos. Aquilo que aparece como não racialismo progressista constitui, na prática, uma forma de paternalismo neocolonial: a crença de que a tutela liberal branca permanece necessária à ordem política. Essa ilusão sustenta um liberalismo pós-apartheid democrático na forma, mas colonial no conteúdo, um sistema em que a performance da igualdade oculta a persistência da dominação. Como adverte Mbembe (2017), o perigo da democracia pós-colonial não reside na repressão explícita, mas em suas seduções: a imagem de liberdade que disfarça a realidade da dependência.

O projeto da DA sob Helen Zille ilustra como o colonialismo cosmético opera simultaneamente como governança estética e ideológica. Ao instrumentalizar o não racialismo, performar inclusão e higienizar a memória colonial, o partido constrói uma ilusão política que estabiliza a hegemonia liberal branca sob cobertura democrática. Essa mascocracy, o governo das máscaras sobre os mandatos, expõe a crise da democracia liberal sul-africana: um sistema assombrado por seu passado colonial, mas relutante em confrontá-lo. A transformação efetiva, como insiste Fanon (1961/2004), requer não a redecoração das estruturas coloniais, mas sua reconstrução radical. Até que isso ocorra, a democracia sul-africana continuará sendo um teatro de máscaras, diverso em cor, mas uniforme em poder.

Democracia como mascarada: implicações para a transformação pós-apartheid

O projeto político pós-apartheid na África do Sul há muito é celebrado como triunfo da reconciliação e da transição democrática. Sob o verniz da unidade e do constitucionalismo, contudo, encontra-se uma crise profunda de representação e substância. A paisagem política,

moldada tanto pelos fracassos do African National Congress (ANC) quanto pela ascensão da Democratic Alliance (DA), passou a refletir o que este trabalho denomina democracia como mascarada: uma condição em que as formas da democracia são preservadas enquanto sua essência transformadora é esvaziada. A DA, particularmente sob a liderança de Helen Zille, incorpora esse paradoxo de forma mais aguda. O partido performa inclusão por meio de gestos simbólicos e representação diversa, mas suas bases ideológicas e práticas de governança permanecem enraizadas na branquitude liberal, na racionalidade colonial e no elitismo tecnocrático. O resultado é uma democracia que funciona como peça teatral, na qual a harmonia racial é ensaiada, a transformação é simulada e o poder continua a circular dentro das mesmas hierarquias racializadas herdadas do colonialismo.

No centro dessa mascarada está a lógica do colonialismo cosmético, por meio da qual estruturas coloniais são redecoradas, em vez de desmontadas. Como observa Mbembe (2017), sociedades pós-coloniais frequentemente preservam continuidades coloniais mediante uma estética da substituição, na qual novos rostos tomam o lugar de antigos governantes sem transformar a lógica da governança. O projeto político da DA exemplifica essa dinâmica. O recrutamento de líderes negros como Mmusi Maimane e Lindiwe Mazibuko foi estrategicamente desenhado para mascarar a branquitude do núcleo institucional do partido, e não para descentralizá-la (Mangcu, 2016).

Essa estratégia produz o que Fanon (2008) chamou de epidermização: a aparência externa de transformação sem mudança interna. Nesse sentido, a diversidade da DA é performativa, e não estrutural. Trata-se de uma máscara usada para tornar a branquitude palatável em uma ordem democrática que externamente a rejeita. Esse fenômeno dá origem ao que este capítulo denomina mascocracy, governo por meio de máscaras, no qual a representação funciona como camuflagem da dominação. A ilusão de transformação dentro da DA é sustentada por sua ideologia liberal do não racialismo, que opera menos como instrumento de justiça do que como escudo contra a responsabilização. A insistência de Zille na cegueira à cor posiciona a raça como categoria ultrapassada, despolitizando assim as experiências vividas do racismo estrutural. Desse modo, o não racialismo torna-se aquilo que Pithouse (2020) chama de “retórica da respeitabilidade”, um discurso que privilegia civilidade e moderação em detrimento da verdade radical. Ao invocar o não racialismo, a DA reenquadra a desigualdade racial como questão de responsabilidade individual, e não de estrutura histórica. As políticas do partido enfatizam mérito, competência e disciplina, valores que, embora aparentemente neutros, estão historicamente codificados na linguagem da respeitabilidade branca e do paternalismo colonial. Como argumenta Ndlovu-Gatsheni (2013), a ordem pós-colonial frequentemente reproduz a “colonialidade do ser”, na qual a identidade negra continua definida pelo olhar da branquitude. Dentro dessa gramática liberal, o sucesso

negro é tolerado apenas quando confirma normas brancas de racionalidade, profissionalismo e decoro.

Essa estética política transforma a democracia em teatro da performance. O modelo de governança da DA no Cabo Ocidental e na Cidade do Cabo é frequentemente celebrado por sua eficiência, mas essa eficiência é profundamente marcada por classe e espaço. A prestação de serviços continua desigual, e o desenvolvimento se concentra em áreas historicamente privilegiadas (Southall, 2019). A narrativa da boa governança oculta, portanto, a geografia do privilégio, na qual a branquitude continua a definir o acesso a recursos e oportunidades. Aquilo que aparece como competência administrativa é frequentemente alcançado mediante planejamento excludente e austeridade neoliberal, que deslocam, em vez de empoderar, comunidades marginalizadas. Essa é a face tecnocrática da mascocracy: um governo que performa ordem e racionalidade enquanto aprofunda a desigualdade. O modelo de governança da DA se alinha, assim, ao que Fanon (2004) descreveu como armadilha da consciência nacional: a substituição da transformação revolucionária pela ordem burguesa.

O discurso político de Helen Zille amplifica essa ilusão ao naturalizar a branquitude como autoridade racional. Seus frequentes apelos a valores ocidentais, disciplina e meritocracia sugerem uma hierarquia civilizacional na qual a branquitude constitui a medida não dita da modernidade. Quando questionada, Zille defende essas noções como verdades pragmáticas, ilustrando o que Mbembe (2001) denomina banalidade da razão colonial: a capacidade de ideias coloniais se reproduzirem por meio da linguagem do senso comum. Nesse cenário retórico, o liberalismo branco torna-se árbitro da razão nacional, enquanto o pensamento radical negro é descartado como populismo ou emocionalismo. Essa hierarquia epistêmica transforma a democracia em relação pedagógica, na qual liberais brancos instruem cidadãos negros sobre a maneira adequada de ser moderno. A máscara da democracia oculta, assim, um projeto mais profundo de tutela disciplinar, no qual a igualdade é condicionada à assimilação.

Essa dinâmica expõe uma crise mais ampla no paradigma liberal-democrático sul-africano. Enquanto o declínio do ANC tem sido atribuído à corrupção e à deterioração interna, a superioridade moral reivindicada pela DA repousa sobre uma concepção estreita de governança que privilegia a ordem em detrimento da justiça. Ambas as trajetórias, embora distintas na forma, convergem para a manutenção da desigualdade sistêmica. A retórica populista do ANC sem reforma e a eficiência gerencial da DA sem redistribuição representam duas faces do mesmo fracasso democrático: a incapacidade de transformar a economia colonial e a ordem social racializada. Como argumenta Habib (2022), a política pós-apartheid ficou presa em uma dialética entre moralismo e materialismo, na qual as reivindicações éticas

do liberalismo coexistem com as desigualdades materiais do capitalismo. A ênfase da DA em ética e competência torna-se, assim, um álibi moral para a exclusão econômica.

O conceito de mascocracy oferece uma lente teórica para compreender como a democracia pode ser simultaneamente inclusiva e excludente. A mascocracy não rejeita abertamente a democracia; ao contrário, performa-a por meio de símbolos e aparências. Ela prospera com a visibilidade da diversidade e a invisibilidade da dominação. Sob a mascocracy, a política se torna um palco em que a inclusão é encenada, e não vivida. Nesse teatro, líderes negros são simultaneamente protagonistas e adereços: celebrados quando desempenham os papéis que lhes foram atribuídos, descartados quando desafiam o roteiro. As saídas de Maimane e Mazibuko da DA exemplificam esse padrão: ambos foram acolhidos como símbolos de progresso, mas suas tentativas de incorporar a justiça racial à agenda do partido encontraram resistência e ridicularização (Maimane, 2020). A máscara da inclusão caiu, revelando a branquitude estrutural subjacente.

As implicações dessa mascarada política ultrapassam a política partidária. Ela revela uma crise psicológica e epistêmica mais ampla na democracia sul-africana: a incapacidade de imaginar a transformação fora dos parâmetros do liberalismo ocidental. Enquanto o progresso continuar definido por métricas de eficiência, civilidade e racionalidade, conceitos historicamente associados à branquitude, o país permanecerá preso a um ciclo de mimetismo colonial (Bhabha, 1994). A descolonização, nesse sentido, torna-se performance em vez de processo. O que se exige é uma reimaginação radical da democracia como práxis decolonial, fundamentada em reparação histórica, pluralidade epistêmica e justiça social. Isso implica desmontar a estética da branquitude que governa a política sul-africana, não substituindo-a por essencialismo racial, mas reconstruindo o próprio significado da igualdade.

Helen Zille e a vertente de liberalismo da DA exemplificam a persistência do colonialismo cosmético na ordem democrática sul-africana. Ao mascarar agendas brancas sob a aparência do não racialismo, a DA transforma a democracia em uma mascarada de inclusão, um espetáculo que mantém antigas hierarquias por meio de novos símbolos. Essa mascocracy, sustentada pela ilusão da diversidade e pela retórica da competência, revela que a África do Sul pós-apartheid continua assombrada por seu passado colonial. O caminho para uma transformação efetiva exige não máscaras melhores, mas novos vocabulários de liberdade, enraizados na justiça material, na descolonização epistêmica e na cura coletiva. Como insiste Fanon (1961/2004), a libertação não se alcança pela imitação, mas pela criação, pelo nascimento de uma nova humanidade que recusa tanto a máscara do senhor quanto o silêncio do servo. Até que essa ruptura ocorra, a democracia permanecerá uma performance: eloquente no discurso, diversa na imagem, mas vazia em substância.

Conclusão

A análise da DA de Helen Zille revela que a democracia liberal sul-africana permanece profundamente entrelaçada à vida posterior da razão colonial. Longe de representar uma ruptura nítida com o passado, a política racial da DA sob Zille demonstra como hierarquias coloniais podem ser reformuladas por meio de uma estética democrática. A imagem pública de diversidade, inclusão e não racialismo do partido encobre uma continuidade estrutural do poder branco, do elitismo liberal e da dominação epistêmica. O que emerge não é transformação efetiva, mas aquilo que este estudo denomina mascocracy, governo por máscaras, no qual a representação se torna moeda de legitimidade e a aparência substitui a substância. Esse fenômeno constitui uma forma de colonialismo cosmético, na qual a inclusão racial funciona como performance superficial que legitima sistemas mais profundos de exclusão. Por meio dessa mascarada, a própria democracia é reduzida a espetáculo: um teatro de igualdade cuidadosamente encenado que disfarça a persistência da desigualdade.

Sob a liderança de Zille, a DA aperfeiçoou essa estética política. A elevação estratégica de figuras negras selecionadas, como Mmusi Maimane e Lindiwe Mazibuko, foi apresentada como prova de transformação, mas essas nomeações operavam dentro de uma arquitetura ideológica controlada por brancos que confinava a liderança negra a papéis simbólicos. Quando esses líderes tentaram redefinir a identidade do partido ou desafiar a matriz racializada de poder, foram rapidamente disciplinados ou afastados. Essa dinâmica revela a condicionalidade da inclusão dentro da ordem liberal sul-africana: uma inclusão tolerada apenas quando não ameaça a centralidade epistêmica e moral da branquitude. A análise de Fanon (1952/2008) em Pele negra, máscaras brancas é particularmente instrutiva aqui: o sujeito negro que adota a língua e o comportamento do colonizador ganha visibilidade, mas não liberdade. Aos líderes negros da DA era permitido falar no vocabulário da civilidade liberal, mas não reescrever sua gramática. Sua presença legitimava a reivindicação do partido ao não racialismo enquanto deixava intocada sua base racializada.

As implicações dessa dinâmica ultrapassam a própria DA. Elas apontam para uma crise mais ampla da democracia pós-apartheid: a redução da transformação à política da representação. O experimento democrático sul-africano, celebrado mundialmente como modelo de reconciliação, passou a depender cada vez mais da performance simbólica da igualdade para mascarar seus fracassos estruturais. A política da DA exemplifica essa tendência em sua forma mais pura, na qual a aparência de mudança substitui sua substância. O não racialismo, outrora concebido como caminho para a justiça, foi apropriado por um discurso de tecnocracia cega à cor que apaga a história e naturaliza o privilégio. Como argumenta Mbembe (2017), sociedades pós-coloniais frequentemente confundem descolonização com diversificação; confundem visibilidade com voz e participação com poder.

Dentro dessa lógica, a democracia torna-se mecanismo de reprodução da hierarquia sob a aparência da inclusão.

A política racial de Helen Zille, enquadrada pelo moralismo liberal, revela como a branquitude se reconstitui como razão e civilidade em contextos pós-coloniais. Sua insistência de que o colonialismo continha legados benéficos, especialmente em sua defesa de 2017, não constitui um erro isolado de julgamento, mas sintoma de uma visão de mundo mais profunda que considera a modernidade europeia o telos natural da civilização. A cultura interna da DA, dominada por uma classe profissional branca, espelha essa hierarquia epistêmica. Recompensa aqueles que assimilam seus códigos linguísticos, estéticos e morais, ao mesmo tempo que marginaliza os que falam a partir de posições subalternas ou radicais. Como observa Bhabha (1994), o mimetismo colonial produz sujeitos “quase os mesmos, mas não exatamente”, aceitos por sua semelhança com o colonizador, mas permanentemente excluídos do pertencimento pleno. Os líderes negros da DA ocupam, assim, um espaço ambíguo: visíveis, mas sem voz; celebrados, porém constrangidos.

Essa política de mimetismo e mascaramento tem consequências profundas para o próprio significado da democracia. Se a democracia é reduzida à performance da diversidade sem redistribuição do poder, converte-se em regime estético, uma política de gestão da imagem em vez de emancipação. O liberalismo da DA, apresentado como racional e progressista, encobre sua cumplicidade na manutenção da desigualdade econômica racializada. Seu modelo de governança, eficiente, disciplinado e gerencial, privilegia a ordem em detrimento da justiça e a performance em detrimento da participação. Isso reafirma o que Pithouse (2020) denomina declínio da imaginação democrática na África do Sul: a passagem da democracia como luta coletiva para a democracia como administração de elites. Nessa ordem despolitizada, a mascocracy prospera porque os cidadãos são incentivados a admirar a democracia, e não a transformá-la.

Desmascarar essa condição exige repensar fundamentalmente o significado da transformação no contexto pós-apartheid. Como insistem Fanon (1961/2004) e Mbembe (2001), descolonização não é troca de pessoal, mas transformação da consciência. Ela exige desmontar os referenciais epistêmicos, as ordens simbólicas e as relações econômicas que sustentam a desigualdade. A crítica deste estudo a Zille e à DA não deve, portanto, ser lida como partidária, mas como sintoma de um problema mais profundo da ordem liberal sul-africana: a incapacidade de ultrapassar a gramática da modernidade colonial. Enquanto a democracia não for reimaginada como práxis decolonial, centrada em justiça histórica, diversidade epistêmica e empoderamento coletivo, continuará a reproduzir as desigualdades que afirma superar.

O conceito de mascocracy funciona, assim, simultaneamente como diagnóstico e crítica. Ele captura o paradoxo de uma sociedade formalmente democrática, mas substantivamente colonial. Na mascocracy, os rostos mudam, o vocabulário evolui, mas as hierarquias permanecem. Trata-se de uma democracia presa à performance, uma democracia de espelhos, na qual cada reflexo assegura ao poder sua própria continuidade. O desafio, portanto, não consiste apenas em expor a máscara, mas em criar novos vocabulários políticos que a tornem desnecessária. Esses vocabulários devem emergir de baixo, das experiências vividas daqueles historicamente silenciados pelo paternalismo liberal. Devem redefinir igualdade não como mesmidade, mas como justiça; não como assimilação, mas como autonomia.

Declarações

Financiamento. Não informado no manuscrito submetido.

Conflitos de interesse. Não informados no manuscrito submetido.

Ética em pesquisa. Não informada no manuscrito submetido.

Uso de inteligência artificial. O manuscrito submetido não contém declaração do autor sobre o uso de inteligência artificial.

Disponibilidade de dados. O manuscrito submetido não relata conjunto de dados original; o capítulo baseia-se nos materiais publicados e públicos citados no texto.

Contribuição das autorias. Malesela Masenya é o único autor do capítulo.

Referências

Bhabha, H. K. (1994). The Location of Culture. Routledge.

Chipkin, I., & Swilling, M. (2018). Shadow State: The Politics of State Capture. Wits University Press.

Fanon, F. (2008). Black Skin, White Masks (C. L. Markmann, Trans.). Grove Press. (Original work published 1952)

Fanon, F. (2004). The Wretched of the Earth (R. Philcox, Trans.). Grove Press. (Original work published 1961)

Habib, A. (2022). Rebellion and Protest in South Africa: A Study in Popular Mobilisation.HSRC Press.

Mail & Guardian. (2017, March 16). Helen Zille defends colonialism in controversial tweet. Mail & Guardian. Retrieved from https://mg.co.za

Maimane, M. (2020, October 10). Why I Left the DA. Public Lecture, University of Johannesburg.

Mangcu, X. (2016). The Colour of Our Future: Does Race Matter in Post-Apartheid South Africa? Wits University Press.

Mbembe, A. (2001). On the Postcolony. University of California Press.

Mbembe, A. (2017). Critique of Black Reason. Duke University Press.

Ndlovu-Gatsheni, S. (2013). Coloniality of Power in Postcolonial Africa: Myths of Decolonization. CODESRIA.

Pithouse, R. (2020). Writing the Decline: On the Struggle for South Africa’s Democracy.Jacana Media.
Southall, R. (2019). The New Black Middle Class in South Africa. Jacana Media.
Zille, H. (2019). Not Without a Fight: The Autobiography. Penguin Books.